

O PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE RECREATIVA BENEFICENTE UNIÃO ROSARIENSE

Elaine Smaniotto*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre o protagonismo das mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, fundada em 01 de maio de 1915, na cidade de Rosário do Sul, RS. O associativismo negro no período pós-abolição foi uma das formas encontradas para obtenção de melhores condições de vida, respeitabilidade, combate à exclusão e à segregação social, bem como um espaço de resistência e possibilidades. A análise proposta tem como fonte de pesquisa a documentação desta Sociedade, como atas e estatuto; fotografias; e a metodologia de História Oral. Em uma percepção introdutória observam-se trajetórias de mulheres que atuaram no Clube União e em outros espaços urbanos estabelecendo relações que as qualificam como sujeitos ativos, além da construção de laços de sociabilidade/solidariedade ainda que sempre mediadas pela cor e pelo gênero.

Palavras-Chave: Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense; Mulheres; História Oral.

ABSTRACT

This article aims to present reflections on the role of black women in the Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, founded on May 1st, 1915, in Rosário do Sul city, RS. Black associativism in the post-abolition period was one of the ways found to obtain better living conditions, respectability, combating exclusion and social segregation, as well as a space for resistance and possibilities. The proposed analysis uses the documentation of this Society as a research source, such as records and statute; photographs; and the Oral History methodology. In an introductory perspective the trajectories of women who worked at Clube União and in other urban spaces can be observed, establishing relationships that qualify them as assets, in

* Professora Assistente nas Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT). Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: elaismaniotto@gmail.com

addition to the construction of sociability/solidarity ties even though always mediated by color and gender.

Keywords: Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense; Women; Oral History.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem por finalidade conhecer, refletir e visibilizar o protagonismo de mulheres negras que lutaram e lutam por vivências: em espaços de convívio entre “iguais” como na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense¹, popularmente conhecida como Clube União, e/ou em espaços de convívio entre “diversos” como empresas, escolas, ruas, e outros. Nesse intuito, dialoga-se sobre questões de gênero² e raça³, que se evidenciam na sociedade rosariense. Sendo assim, primeiramente, apresenta-se uma breve discussão sobre caminhos e olhares, fontes e vestígios na escrita da história; em seguida o associativismo negro evidenciando sua presença na cidade de Rosário do Sul⁴, por fim, vivências e

¹ Durante a escrita deste artigo utiliza-se a sigla SRBUR para reportar à Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

² É um conceito móvel, está em construção. A premissa básica desta categoria analítica, criada nos anos de 1980, se refere às relações sociais que investem papéis, identidades de gênero para homem e mulher. São relações construídas historicamente, marcadas pela cultura e pelas relações de poder que fundamentam hierarquia entre homens e mulheres. “Enquanto para Scott o gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder, dentro de uma disputa que é política, para Butler ele seria um meio discursivo, um conjunto de atos reiterados no sentido de regular a sexualidade, segundo padrões heterossexuais construídos para simularem uma aparência de natureza. [...] Gênero mostra-se ainda útil como categoria de análise” (Veiga, Pedro, 2015, p. 305 – 307).

³ A pesquisadora Lia Vainer Schucman (2015, p. 2) parte do pressuposto de que “raça” “não é um dado biológico, mas uma construção social baseada no fenótipo, que engendra e mantém profundas desigualdades materiais e simbólicas na sociedade, e provoca um grande impacto no cotidiano de milhares de pessoas”. Neste sentido, a “raça” existe enquanto um qualificativo de diferença social ou de identidade cultural. “A sociedade brasileira acredita que tal raça existe quando os próprios indivíduos considerados negros se julgam como tais, assumindo a crença na raça como uma forma de se identificar como grupos social e cultural” (Silva & Silva, 2006, p. 349).

⁴ O campo de estudos que esta pesquisa se propõe, encontra-se a 386 km de distância da capital Porto Alegre, com ligação através da rodovia federal BR-290. Limita-se com os seguintes municípios: Dom Pedrito (ao sul), Quaraí (a oeste), Santana do Livramento (a sudoeste) e São Gabriel (a leste). Alegrete (a noroeste), Cacequi (ao norte). Rosário foi emancipado 19 de abril de 1876. Em 1944 é adicionada a expressão “do Sul” ao nome do município. Localiza-se na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense e na Microrregião da Campanha Central. De acordo com dados do Instituto

experiências de mulheres negras na luta por existir plenamente.

Por meio da história oral iniciamos o caminhar a partir das mulheres, ligando o passado ao presente. Segundo os pesquisadores Marcelo Paixão e Flavio Gomes, “Entre a vitimização e a produção simbólica de heróis, há experiências complexas de luta, opressão, humilhação, superação, amor, dor, desejos, escolhas, alegrias e desafios” (PAIXÃO; GOMES, 2012, p. 311), além de concessões, negociações, ações coletivas e associativismos. Portanto, conhecer e tornar visível o universo de mulheres negras e o seu protagonismo de ontem e de hoje no município de Rosário do Sul é, inicialmente, o nosso propósito.

CAMINHOS E OLHARES

A preocupação com as fontes é uma das primeiras e principais questões postas ao (à) pesquisador (a). Segundo Henry Rousso, chamaremos de “fontes”, “todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais [...]” (ROUSSO, 1996, p. 86). Neste sentido, início em 2021, uma busca constante por fontes - vestígios - a fim de determinar aquelas que permitem uma abordagem racional do passado da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense⁵. A partir do exposto, as fontes utilizadas na escrita deste artigo foram: Atas⁶ de Diretoria e Assembleia (01/03 1915 até

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) o município possui uma área territorial de 4.343,656 km², dividida em 6 distritos e 20 comunidades/localidades. A população estimada em 39.314 (87,97% urbano e 12,03% rural). A economia do município é caracterizada pela agricultura (baseada nas culturas de grãos – arroz, soja, milho – e fruticultura – uva, citros e melancia) e pecuária (bovino, caprino, ovino). Possui uma malha férrea, hoje utilizada por alguns trens para transporte de cargas.

⁵ A pesquisa, que está na fase inicial, cujo objetivo principal concentra-se em analisar aspectos relacionados à construção e a trajetória de um clube negro - Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense – concebido durante as primeiras décadas do período pós-abolicionista na cidade de Rosário do Sul/RS, para visibilizar a presença negra na história da região do pampa gaúcho e compreender as ações de mulheres e homens negros em um espaço de sociabilidade e solidariedade.

⁶ Vestígio escrito sobre a SRBUR. No entendimento de José Francisco G. Campos, esses documentos não foram criados pensando na posteridade e sim com objetivos funcionais, atendendo uma demanda do ato de sua criação, com finalidade primária. Suely Lima de Assis Pinto converge nessa direção quando ressalta que “o documento, ao ser elaborado, ele se faz também a luz de interesses naquele momento” (PINTO, 2013, p. 96). E ainda, “toda vez que um criador, usuário ou arquivista interage com um documento, intervindo, interagindo e interpretando, esse documento é construído de

16/10/1919), estatuto (1967), registros fotográficos e, principalmente, entrevistas realizadas com mulheres que participaram da trajetória do associativismo negro de Rosário do Sul, mais especificamente no período do final do século XX.

A tradição oral é uma importante ferramenta de pesquisa, uma vez que também possibilita o registro de vivências particularizadas (VAINFAS, 2002). A história oral lança vida para dentro da própria história (THOMPSON, 1992), e isso alarga o campo de ação e também de conhecimento. Dessa forma, ela possibilita o “registro de testemunhos e o acesso à ‘histórias dentro da história’ e, assim, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2006, p. 155).

Segundo a historiadora Verena Alberti (2006), a entrevista não é História, mas uma fonte que necessita de interpretação e análise. “Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado” (ALBERTI, 2006, p.158). Desta forma, a entrevista enquanto fonte pode ser vista como um “documento-monumento”. Para o historiador Jacques Le Goff, os materiais da memória coletiva e da história “podem apresentar-se sob duas formas principais: *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador” (LE GOFF, 2003, p. 526). A ideia de “documento-monumento” remete intencionalidade para o próprio documento enquanto resultado das relações de força existentes na sociedade que o produziram, ou seja, o documento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é o produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente” (LE GOFF, 2003, p. 536).

Jorge Eduardo Aceves Lozano (2002) pontua que a história oral é um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, tendo como base os depoimentos orais colhidos sob métodos e pressupostos teóricos explícitos. Ao trabalhar com entrevistas de história oral como fontes, devemos analisar as condições de sua produção, a narrativa e também utilizar outras fontes como iconográficas, textuais, etc, no intuito de tomar caminhos

maneira ativa” (KETELAAR, 2018, p. 197). Para os (as) historiadores (as) os documentos são importantes vestígios históricos e “podem, muito bem, ser os gatilhos que acionam o desencadeamento da lembrança” (CAMPOS, 2015, p. 116), neste sentido, passam a ter um caráter de memória.

prófiuos de análise das entrevistas. Para este estudo as entrevistas⁷ são temáticas e de história de vida⁸, uma vez que a SRBUR está presente na trajetória de vida das pessoas entrevistadas.

Segundo Elisabete Aparecida Pinto, o relato oral “sintetiza os momentos vividos, construindo uma biografia individual, mas possibilita também associações com a estrutura social” (PINTO, 2015, p.64). Desta maneira, as mulheres entrevistadas que fizeram/fazem parte da trajetória da SRBUR apresentam narrativas que são não só individuais, mas também coletivas, fato que permite o remir de muitas outras histórias. A pesquisa de trajetórias nunca se refere a homens e mulheres sós, “e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo” (LEVI, 2000, p. 175).

Lançando um olhar dialógico para a relação entre história oral e memória individual ou coletiva, Verena Alberti enfatiza que “o trabalho com a história oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2006, p.167). Trazendo a escrita de Michel Pollak (1992) para este diálogo, é importante pensar sobre os elementos constitutivos da memória individual, “acontecimentos vividos pessoalmente”, ou coletiva, “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade”. Pollak dá ênfase aos processos e sujeitos que

⁷ É bastante desafiador realizar entrevistas em época de pandemia (Covid 19). Existe uma preocupação ética pelo fato da entrevistadora ser mais jovem do que as entrevistadas e conseqüentemente circular mais. Também uma preocupação com a saúde, então, seguimos todos os protocolos (uso de máscara, álcool gel, distanciamento...), para não colocar a vida das entrevistadas em risco. Durante o processo de coleta de dados/informações ocorreu a troca de mensagens e envio de documentos por meio do WhatsApp e e-mail com auxílio de filhas (Elza Fernanda (filha da Irene) e Viviane (filha da Sile) e neto (Jeferson – neto da Sile). As entrevistadas escolheram o local e o horário para a realização da primeira conversa presencial. A aproximação da pesquisadora com as quatro mulheres foi realizada por meio das amigas Ana R. Mendes e Denise D. Borges. Ressalta-se que foi elaborado um projeto para a realização desta pesquisa “O protagonismo de mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense” e teve aprovação do o Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT, pois foram realizadas entrevistas com quatro mulheres durante os meses de maio e junho de 2021, e também o projeto foi postado na Plataforma Brasil.

⁸ Segundo Alberti, devemos escolher o tipo de entrevista a ser realizada: entrevistas temáticas ou de história de vida. Mas “é possível que em determinado projeto de pesquisa sejam escolhidos ambos os tipos de entrevistas como forma de trabalho. Nada impede que se façam algumas entrevistas mais longas, de história de vida, com pessoas consideradas em especial representativas ou cujo envolvimento com o tema seja avaliado como mais estratégico, ao lado de entrevistas temáticas com outros atores e/ou testemunhas” (ALBERTI, 2006, p. 176).

atuam em sua constituição, ressaltando as disputas, silenciamentos e enquadramentos da memória, neste sentido, afirma conter dentro da lembrança uma zona de sombra, de silêncio, de angústias, de “não-ditos” (Pinto, 2013, p. 95). Partindo desses pressupostos, sabe-se que a memória desenvolve-se a partir das experiências que a pessoa acumula em sua vida cotidiana, crenças, imaginações, afetividade, e os atos de esquecer ou lembrar são construídos socialmente dentro de um contexto vivido pela pessoa que está recordando acontecimentos do passado.

Vale ressaltar as importantes formulações de Jacques Le Goff que destaca a memória enquanto “elemento essencial daquilo que passamos a chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003, p. 469); Joël Candau observa que memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas. “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”, portanto, a memória e a identidade “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2012 p.16). Em consonância com o pensamento dos autores, pode-se dizer que a memória é elemento da estrutura da sociedade, uma vez que um povo sem memória, não existe socialmente, então, é fundamental preservá-la. Uma das formas ocorre por meio da documentação fotográfica. É através dela que torna-se possível registrar o momento, viver, reviver e lembrar o passado, além de proporcionar muitas emoções. Nesse sentido, destacamos as palavras de Pierre Nora “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). Assim, nesta pesquisa, por meio da oralidade e da documentação fotográfica, pretende-se desencadear memórias de um passado vivido na Sociedade União.

A memória, portanto, passa a ser estudada e firma-se como sinônimo de “lembrança daquele que a produz. Assim, ela recupera o ‘presente do passado’ e faz com que o passado vire também presente [...] não há como dominar totalmente o passado, mas [...] ‘lembrar’. Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não ‘esquecer’ de projetar o futuro” (SCHWARCZ, 2019, p. 20).

O ASSOCIATIVISMO NEGRO

É importante apresentar o entendimento que vigora nesta pesquisa acerca da categoria negro⁹, para isso utilizamos as palavras da historiadora Magna Lima Magalhães: “o termo negro, por muito tempo, foi utilizado de forma pejorativa, desqualificando o ‘outro’, no entanto, a partir de uma resignificação, passa a ser positivado” (MAGALHÃES, 2017, p. 30). De acordo com o dicionário de Conceitos Históricos, o conceito negro, no Brasil, só existe do ponto de vista social, designado como tal pela sociedade, ou se auto identificando. “Devido ao preconceito, durante todo o século XX o número de pessoas que se designavam negras sempre foi menor do que o número de pessoas designadas como tal pela sociedade” (SILVA & SILVA, 2006, p. 314). Porém, nas últimas décadas um sentimento de afirmação contribuiu para ampliar a quantidade de indivíduos que se afirmam negro. No entendimento de Sueli Carneiro

a identidade étnica e racial é fenômeno historicamente construído ou destruído. Cresceu em 24%, nesse Censo [1991], o número de pessoas que se autodeclararam pretas e supõe-se, antes se autodeclaravam pardas. Essa novidade [...] pode, talvez, indicar que estamos mudando, saindo das brumas e abdicando do subterfúgio da indefinição racial para enfrentar, no dizer de Hélio Santos, “a dor da cor” ou da raça. E quem sabe, enfim curá-la (CARNEIRO, 2011, p. 65).

Este estudo pretende “lembrar” e visibilizar o associativismo negro praticado na cidade de Rosário do Sul. O espírito associativo, segundo Petrônio Domingues, “pode ser entendido como uma estratégia alternativa, tanto do ponto de vista racial quanto social, político, cultural, religioso e psicossocial, empregada pelo grupo negro para compensar [...] as atrocidades do cativo e o seu processo de marginalização no pós-abolição” (DOMINGUES, 2004, p. 314). A historiadora Fernanda Oliveira da Silva também converge nessa direção quando ressalta que

os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX [...] com base em uma ideia de raça [...] mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física,

⁹ Assim como na obra da historiadora Magna Lima Magalhães (2017) “Associativismo Negro no Rio Grande do Sul”, a pesquisa que aqui se apresenta aborda os negros não como simples objeto de estudo científico, mas como sujeitos da sua própria história.

própria ou não, na qual desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como *club/clube*, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas (SILVA, 2017, p. 148).

As associações negras se multiplicaram ao longo da Primeira República. Segundo o historiador Petrônio Domingues (2018, p. 115), “somente em Porto Alegre, surgiram 72 delas, entre 1889 e 1920” e destacamos que a Sociedade Beneficente Floresta Aurora foi fundada no ano de 1872. De acordo com Paulo Roberto Staudt Moreira esta Sociedade “visava reunir músicos negros em atividades lúdicas, momentos políticos e religiosos e ações de caráter mutualista. Trata-se da primeira associação não-religiosa que congregou indivíduos negros na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (MOREIRA, 2019, p. 252).

As associações “lutavam por construir espaços autônomos de sociabilidade, política, cultura e lazer, e, como denominador comum, guardavam a preocupação com o progresso moral, intelectual, cultural e social do negro” (DOMINGUES, 2018, p. 116). E é dentro deste contexto que a população negra do município de Rosário do Sul, também fez do associativismo, materializado na SRBUR, um dos mecanismos de luta para obtenção de melhores condições de vida. Foi por meio do “associativismo que os negros abriram brechas, propuseram negociações, organizaram estratégias como forma de combater a exclusão e a segregação social” (MAGALHÃES, 2017, p. 199). Também, “um importante espaço de construção de identidade e de luta por direitos, empoderamento e igualdade” (DOMINGUES, 2014, p. 265).

O tecido social deste espaço de pesquisa - Rosário do Sul - é plural. Inicialmente formado por grupos indígenas organizados em várias etnias diferentes, com culturas distintas. A partir dos séculos XVII e XVIII chegaram portugueses e espanhóis trazendo com eles africanos que foram largamente escravizados, exercendo tanto atividades urbanas como rurais. Luís Augusto Ebling Farinatti observa que estudos mais recentes sobre o trabalho realizado por escravizados no Rio Grande do Sul, comprovam que “nas estâncias era importante no próprio costeio do gado (nesse caso, ao lado de peões livres) e não apenas em atividades acessórias, como os trabalhos de construções, serviços domésticos e da agricultura

interna a essas unidades produtivas” (FARINATTI, 2005, p. 2). No século XIX, Alegrete¹⁰ era o maior município pecuário da Campanha, principal zona de criação de gado da província do Rio Grande do Sul, na região de fronteira com a República do Uruguai, sendo assim “um mundo de pecuária, de guerras recorrentes, de trabalho livre, de fronteira e de escravidão” (FARINATTI, 2005, p. 16). No final do século XIX e início do século XX os imigrantes europeus e seus descendentes também marcam presença em território rosariense. Os contatos e os impactos resultantes dos confrontos interétnicos (BARTH, 2011), provocaram transformações de culturas, vivências e experiências.

Em 1888, a abolição da escravidão abriu aos negros a possibilidade de se organizarem por meio de associações¹¹. Algumas procuravam proporcionar amparo social, outras concentravam atividades no âmbito cultural e educacional. Outras se dedicavam ao lazer, concentrando no esporte ou em atividades recreativas como o carnaval (DOMINGUES, 2018). Os clubes negros são entendidos como “construções culturais, comuns aos grupos negros nas Américas, forjados a partir de configurações sociais racializadas, que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada na emancipação e no pós-abolição das Américas” (SILVA, 2017, p. 27). Dentro deste contexto, no Brasil, ao longo da Primeira República, marcada por teorias raciais, as associações negras se multiplicaram e, em 1º de maio¹² de 1915, um grupo de homens e mulheres negros de Rosário do Sul fundou a

¹⁰ Do grande município de Alegrete surgiram os municípios de Uruguaiana, Livramento, Departamento de Artigas (no Uruguai), Quaraí, parte de Rosário do Sul, parte de Bagé e parte de Manoel Viana. A Vila (Rosário) foi criada pela lei 1020 de 19.04.1876 desmembrada dos municípios de Alegrete e São Gabriel.

¹¹ De acordo com Joseli Maria N. Mendonça, Luana Teixeira e Beatriz G. Mamigonian, organizadoras do livro Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras, “no sul, o racismo certamente esteve no cerne da motivação dos negros para se organizarem em torno de clubes, sociedades de apoio mútuo e outras formas de sociabilidade orientadas por vieses raciais. Tendo se manifestado de diversas maneiras, grupamentos com essas características foram importantes não só durante toda a Primeira República, mas se mantiveram atuantes ao longo do século XX, alguns persistindo até a atualidade” (MENDONÇA, et al., 2020, p. 15).

¹² A data 1º de maio, historicamente, remete ao surgimento em 1864, sob a inspiração de Karl Marx, a Associação Internacional dos Trabalhadores, na luta pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias que se tornou a principal bandeira da classe operária mundial. Qual é a relação desta data com a fundação da SRBUR? Por que o “grupo de rapazes” negros escolheu o 1º de maio para marcar a data fundante desta Sociedade? Por meio de entrevistas e acesso aos documentais escritos pretendemos encontrar respostas.

Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense. É importante lembrar que neste município, em 14 de novembro de 1909 foi fundado o Clube Comercial, e em 26 de novembro de 1931, foi criado o Clube Caixeiral¹³ (SILVEIRA, 1976, p. 90/91), contudo em ambos, apenas pessoas brancas poderiam ser sócias.

De acordo com o historiador Petrônio Domingues, “conhecer a história das associações negras é importante para entender as condições em que os negros levaram adiante a sua luta e as dificuldades que encontraram pelo caminho” (DOMINGUES, 2018, p. 119). Assim, é dentro deste contexto que a pesquisa aqui proposta passa a observar alguns elementos do protagonismo de mulheres - sujeitos negros em Rosário do Sul no Pós-abolição.

MULHERES NA LUTA PARA EXISTIR PLENAMENTE

A escritora Jarid Arraes afirma que “no Brasil, mulheres, principalmente negras, nem sempre puderam falar, escrever e quanto mais publicar sobre si mesmas. Tampouco tiveram suas vozes plenamente respeitadas por aqueles que delas falaram, escreveram e publicaram; a maioria, homens brancos” (ARRAES, 2017, p. 9). No entendimento de Bebel Nepomuceno as mulheres negras

compreenderam e souberam usar com maestria os poucos espaços de sobrevivência deixados por uma sociedade profundamente hierarquizada por “cor” e sexo [...] A invisibilidade a que por muito tempo foram relegadas contrapõe-se a seu real protagonismo em diversos momentos e situações ao longo dos séculos XX e XXI (NEPOMUCENO, 2012, p. 406).

Obras como a da antropóloga Lélia Gonzalez (1988), da escritora Conceição Evaristo (1996), da doutora em educação Sueli Carneiro (2011), da filósofa Angela Davis (2016), da psicóloga Grada Kilomba (2018), da socióloga Patricia Hill Collins (2019), da escritora Bell Hooks (2020); da pedagoga Nilma Lino Gomes (2017), da pesquisadora Carla Akotirene (2019), da arquiteta Joice Berth (2019), da filósofa Djamilia Ribeiro (2020), da historiadora Beatriz Nascimento (2021) dentre outras, estão comprometidas com a descolonização do

¹³ De acordo com as informações contidas no livro “Rosário Centenário (1876 – 1976)” coordenado por Oliveira Silveira, no ano de 1976 a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense contava com 377 associados. O Clube Comercial tinha 560 associados e o Clube Caixeiral possuía 850 associados.

conhecimento rompendo com vários séculos de invisibilização em uma sociedade em que negros e negras participaram em todos os níveis. Escritoras negras estão cada vez mais evidenciando a importância dos estudos sobre as mulheres, ganhando assim, um olhar mais profundo, problematizando o passado através do presente e impulsionado novas maneiras de revisitar as produções existentes sobre o assunto, uma vez que “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 32).

Objetivando contribuir para este processo, pretende-se visibilizar mulheres negras que estiveram envolvidas em diferentes atividades promovidas pela SRBUR. Neste sentido, acredita-se que não só se está a divulgar fragmentos de história particular, como possibilitar que outras mulheres negras conheçam a trajetória de luta pela superação do racismo e pela construção da emancipação social, mesmo sabendo que ainda temos muitos enfrentamentos, muitas estratégias para o “existir” plenamente.

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM ROSÁRIO DO SUL

Na interface da memória, conhecemos e compartilhamos a seguir trajetórias de quatro mulheres¹⁴: Sile Terezinha Vaz Maia, Irene Terezinha da Rosa Candido, Jari Felix Santiago e Nara Nei Faleiro Machado. Assim, na fase inicial da pesquisa, o propósito é andar nessa direção revelando histórias até então encobertas pelas hierarquias de gênero e raça, “caminhar a partir das mulheres – com elas e por meio delas” (XAVIER; FARIA; GOMES, 2012, p.8).

Sendo assim, as entrevistas podem trazer a potencialidade de uma dimensão do universo (contextualização) desta pesquisa, abordando assuntos relevantes para entender a formação do espaço, a existência de comunidades negras que reivindicam a inclusão nas sociedades que escravizaram seus antepassados. A história oral é uma porta de acesso à história passada e presente das populações negras. Na cidade de Rosário do Sul existem poucos registros escritos e visuais sobre esta temática. Então, memórias de quatro

¹⁴ Optou-se pela utilização dos nomes verdadeiros das entrevistadas por duas razões: porque é desejável a visibilização de mulheres protagonistas; além disso, se obteve autorização escrita para fazê-lo.

mulheres negras entrevistadas propiciam o contato com realidades não abordadas por produções escritas até o momento. E o que estas mulheres têm em comum? Um espaço de sociabilidade, solidariedade/afeto: Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

Sile Terezinha Vaz Maia, 83 anos em 2021, começou a estudar aos sete anos e precisou interromper já no ano seguinte porque sua mãe Bila, dizia que “saber ler e escrever já era o suficiente” (Sile, 2021). Mas, quando adulta retomou os estudos¹⁵ e conseguiu chegar à 4ª série, trabalhava durante o dia e estudava durante a noite. Criativa e versátil exerceu diferentes profissões: Rotuladora de latas na empresa frigorífica Swift Armour¹⁶, Costureira e Cabelereira¹⁷ (tranças costuradas e alisamentos), Merendeira na E. E. F. Nossa Senhora do Rosário e na E. E. E. F. Marçal Pacheco. Muito vivos na memória da entrevistada estão os saberes e fazeres de uma habilidosa costureira. Primeiramente, costurando bonecas¹⁸ para suas irmãs e em seguida confeccionando roupas para todos. “Não tem o que eu não faço” (Sile, 2021). Também era a costureira oficial do Bloco Carnavalesco fundado no pátio de sua casa “Príncipe e suas Garotas” e da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo. No carnaval de 2020, a costureira Sile fez a ala das baianas e o destaque da Nossa Senhora Aparecida. Além de ser a costureira, também participava ativamente do desfile. Por várias vezes foi destaque de uma das Alas da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo (figura 1). Desta forma, as entidades carnavalescas negras em Rosário do Sul ocupavam/ocupam espaços públicos mostrando organização, competência e ritmo frente às outras entidades. O Carnaval começou a fazer parte da vida de Sile no ano de 1946. Na companhia da sua mãe, a Dona Bila, membro da diretoria e trabalhadora nos eventos promovidos pela SRBUR, Sile participava ativamente do Carnaval Infantil.

¹⁵ Na cidade de Rosário do Sul, o Movimento Brasileiro de Alfabetização começou a funcionar no ano de 1971.

¹⁶ A companhia Swift do Brasil – Swift Armour Sociedade Anônima instalou-se em Rosário do Sul aos 25 dias do mês de março de 1917 e desativada em 1982. Era um matadouro frigorífico que na segunda década do século XX, no período de safra, a matança de bovinos ultrapassou 70 mil cabeças. Durante a Segunda Guerra Mundial, em apenas uma safra abateu mais de 120 mil cabeças de gado. A empresa foi uma das grandes distribuidoras de alimentos para a América do Norte.

¹⁷ Realização de cursos oferecidos pelo Centro de Formação Profissional SENAC de Uruguaiana (1978 e 1979).

¹⁸ As bonecas eram confeccionadas com tecido de algodão e os cabelos com pedaços de pele de ovelha.

Figura 1 – Destaque: Escola de Samba Embaixadores do Ritmo



Fonte: Acervo da Família Vaz Maia

Nota: Sile Terezinha Vaz Maia, fev. 1980

Figura 2 – Baile de Debutantes



Fonte: Acervo da Família Vaz Maia.

Nota: Sile Terezinha Vaz Maia
Sede do Clube União, out. 1969.

Contudo, o seu protagonismo ganhou destaque quando em 1969 idealizou o Baile de Debutantes. Isso ocorreu na primeira Gestão de Nadir Alves Faleiro e Alice Osório Faleiro. Era um evento organizado em duas etapas. As entrevistadas Sile, Jari e Nara (2021) relataram que primeiramente era realizado um coquetel com a apresentação das adolescentes. Na semana seguinte era realizado o baile. Uma banda musical era contratada para animar a noite com grande destaque para as debutantes que se apresentavam elegantemente com vestidos longos e seus familiares com vestimenta “impecável”. Era a noite de *gala* do Clube União. O evento atestava a organização de negros (as), além de elevar a autoestima de quem dele participava: Associados (as) e convidados (as) inclusive de outras cidades e de outros Clubes Negros. Todo aquele *glamour* expressava uma “crítica social aos estigmas depreciativos por tanto tempo dirigidos aos indivíduos negros, seus comportamentos, suas sociabilidades, seus modos cotidianos” (MAGALHÃES, 2017, p. 155).

Na noite do grande evento, a idealizadora do Baile de Debutantes no Clube União foi homenageada abrindo o início das atividades. Sile (2021) narrou com emoção “A debutante chegava, o

pai pegava na mão e levava [...] Mas, antes eu fui chamada para inaugurar aquela passarela. Aí essa foto¹⁹ eu tenho. Eu de vestido preto que era a capa (cauda) do meu vestido de noiva (risos). A minha mãe tingiu e eu fiz o vestido” (figura 2). O Baile de Debutantes, a partir de 1969, passou a fazer parte dos eventos promovidos pelo Clube União. Isso significa que era mais uma fonte de renda para auxiliar na manutenção desta entidade de pertencimento social e de afeto.

Irene Terezinha da Rosa Candido, 77 anos em 2021. Desde criança sonhava com um lugar melhor para viver. E ao longo de sua vida sempre lutou para isso. Na sua fala ressaltou que “Sem luta não há vitória!” (Irene, 2021). O pai, Arcênio, trabalhava no escritório da Companhia Estadual de Energia Elétrica/RS e a mãe, Juracy, era empregada doméstica na casa do doutor Antunes. Irene acompanhava a mãe no local de trabalho e ali tinha acesso a brinquedos diferenciados, como a boneca (branca, com choro, olho azul que abria e fechava e com cabelo loiro). Já na infância a Irene se depara com o racismo através da ausência de espelhos e identidades positivas. Ela afirma “Eu não tinha nenhuma boneca negra” (Irene, 2021). Aqui é importante pensar sobre o racismo e como ele atua na sociedade. Nas palavras da historiadora Lília Moritz Schwarcz, “o racismo ainda se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios, aprofundando a distância social” (SCHWARCZ, 2019, p. 35).

Irene pontua que no espaço escolar foi diretora, professora, supervisora e orientadora pedagógica. Depois da faculdade fez pós-graduação em psicopedagogia. Mas, além de trabalhar para garantir o bem estar da família, também pensava no coletivo e isso fez com que se envolvesse em várias atividades, como representante do grupo de professores estaduais – CPERS/Sindicato e sócia fundadora da APROSUL – Associação dos Professores de Rosário do Sul. Participou da fundação da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo, do Movimento Negro²⁰ e do Grupo de Mulheres Negras de

¹⁹ De acordo com o historiador Peter Burke “as imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular” (BURKE, 2017, p. 25)

²⁰ O historiador José Antônio dos Santos (2016) apresenta quatro momentos fundamentais de resistência e mobilização da população negra gaúcha no pós-abolição: 1º: De 1892 a 1930, circulação dos primeiros jornais negros; 2º: De 1933 a 1971, com a fundação da Frente Negra Pelotense e do Grupo Cultural Palmares; 3º: De 1971 a 2001, com a criação do Movimento Negro Unificado; 4º: De 2001 aos dias atuais, com iniciativas voltadas para as políticas públicas de ações afirmativas em universidades e em órgãos públicos, a implementação da lei 10.639, e a lei nº 11.645, de 10/03/ 2008, e o reconhecimento e titularização de comunidades quilombolas.

Rosário do Sul²¹. E ainda, a partir da década de 1980, passou a atuar no Grupo das Damas de Caridade da Cidade de Rosário do Sul.

Quando jovem foi convidada para ser Oradora²² da SRBUR, aceitou com muito orgulho. Irene mantém fortes lembranças sobre esse espaço de luta, solidariedade, sociabilidade e afeto. Ressaltou que participou desde a infância. “Os meus filhos também participaram desde criança do Clube União. Bah! Eram bailes, chás, jantares, palestras” (Irene, 2021). No Clube União era visível a diferença de gênero “o churrasco e a copa era serviço dos homens. As mulheres faziam as outras atividades como limpeza, jantar, decoração, ajudavam a vender os ingressos” (Irene, 2021). O preconceito em relação ao gênero fez parte da vida de Irene quando ela exerceu cargo de presidenta²³ na SRBUR. Em relação à ala conservadora da Sociedade disse ela: “chegavam para mim e diziam: vai costurar camisa do teu marido, vai pregar os botões” (Irene, 2021). Inclusive houve tentativas de impedimento. “Eu sempre me orgulhei de mim mesma (risos). Eu nunca fui vítima e não vou me vitimizar” (Irene, 2021). Durante sua gestão muitos eventos foram realizados: bailes, festas, danças, desfiles, jantares, chás, palestras, feiras de artesanato. Também se preocupou com a parte física da sede da Sociedade desenvolvendo várias reformas e melhorias. Ela diz “eu comecei a fazer uma revolução, porque até aquele momento pais solteiros podiam participar das atividades do Clube União e as mães solteiras não” (Irene, 2021). Percebe-se aqui ações relacionadas à resistência dentro de uma instituição com aspectos machista, onde as punições eram mais severas para as mulheres. Também fica evidente a existência de situação desvantajosa para as mulheres, da mesma forma a maneira com que Irene e várias outras mulheres agiram, não se contentando com a falta de paridade de gênero²⁴.

²¹ O primeiro encontro do Grupo aconteceu no dia 26 de julho de 2008 na sede da SRBUR. Este encontro foi em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25/07).

²² “Artigo 17º - Ao orador oficial compete: Ser intérprete da Sociedade em todos os atos em que esta tiver de ser representada, ou a diretoria julgar conveniente” (Estatuto da SRBUR, 09/04/1967).

²³ “Artigo 4º § único – Somente serão eleitos o presidente, 1º e 2º vice-presidente, em assembleia geral, no dia 24 de abril de 2 em 2 anos, e os demais membros serão nomeados pelo presidente eleito” (Estatuto da SRBUR, 09/04/1967). Irene exerceu o cargo de presidenta nos biênios de 1985/1987; 1987/1989 e 1989/1991 (3 mandatos).

²⁴ Petrônio Domingues observa que “mesmo vivendo numa sociedade marcada pela dominação masculina e pela subordinação feminina, frações das “mulheres de cor” procuraram se afirmar, arquivar espaços próprios e governar a sua agência” (DOMINGUES, 2011, p. 128).

Segundo Boris Kossoy (2014), “Toda fotografia é um resíduo do passado”. Ainda segundo o mesmo autor: “O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica” (KOSSOY, 2014, p. 49). Nas fotografias (figuras 3 e 4) observamos vivências e experiências de sujeitos históricos em um ambiente de acolhimento e valorização – sócias mais antigas recebendo homenagens; além de alegria, festa e dança. Era a atividade recreativa de carnaval reforçando a autoimagem da mulher negra.

Figura 3 – Homenagem às sócias mais antigas do Clube União (1986)



Figura 4 – Carnaval



Nota: Eunice, Irene e Ana Paula (1988)

Fonte: Acervo pessoal da Irene Terezinha da Rosa Candido - Presidenta da SRBUR

O propósito da Irene²⁵ era agregar diferentes idades, condição social, raça, gênero/sexo²⁶ e somava forças com amizades significativas como, por exemplo, com o Ativista do Movimento Negro, idealizador do “20 de Novembro” como Dia Nacional da Consciência Negra e idealizador do Movimento Clubista Oliveira Ferreira da

²⁵ De acordo com documento impresso em 20 de abril de 1991 a Irene e seu esposo Manuel receberam o Título de Sócio Remido “Artigo 32º - São sócios remidos aqueles que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços à sociedade ou contribuição com importância igual ou superior a cem (100) mensalidades, em moeda corrente, podendo ser paga parceladamente, a critério da diretoria” (Estatuto da SRBUR, 09/04/1967).

²⁶ Irene pontuou que durante sua gestão todos, todas e *todis* eram aceitos nas atividades promovidas pelo Clube União: heterossexuais, homossexuais, LGBTQ+ lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, queer e outros grupos de gênero e sexualidade.

Silveira²⁷. Nas palavras de Irene “Ele era meu amigo, ele estava junto comigo” (Irene, 2021).

Jari Felix Santiago, 71 anos em 2021. Seus pais trabalhavam na empresa frigorífica Swift Armour e isso garantia aos filhos o direito de estudar na Escola Nossa Senhora do Horto²⁸, que era uma escola privada. Jari também estudou em escola pública cursando Contabilidade e depois de casada e mãe de dois filhos “fiz o Magistério que era o meu grande sonho” (Jari, 2021).

A partir de 1965, com 15 anos de idade começou a participar da SRBUR. Nas palavras de Jari (2021) “meu pai se associou. Eu participava de bailes e depois eu casei, fui esposa do presidente²⁹, aí eu comecei a auxiliar no processo de promoção de festas, jantares, chás, cursos semanais de trabalhos manuais, almoços e bailes” (figura 5).

Figura 5 – Jantar baile na SRBUR



Fonte: Acervo pessoal de Ana R. Mendes
Nota: Jari Felix Santiago e Odilon Amaral Santiago (*in memória*) – 1981.

²⁷ Nasceu em 16/08/1941 em Touro Passo, área rural do município de Rosário do Sul /RS. Graduado em Letras – Português e Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Docente de português e literatura no Ensino Médio. Ativista do Movimento Negro, idealizador do “20 de Novembro” como Dia Nacional da Consciência Negra e idealizador do Movimento Clubista. Faleceu em 01/01 2009, vítima pelo câncer. Durante a entrevista, ao falar do amigo e da forma como ele partiu, Irene se emocionou e falou que seu desafio no momento é vencer o câncer. E nessa luta, segue fazendo radioterapia. Irene faleceu em 20/09/2021.

²⁸ As Irmãs Filhas de Maria Santíssima do Horto chegaram em Rosário do Sul em 1967 e assumiram a direção da Escola Particular Santa Terezinha. No ano de 1959 a escola atendia as 5 séries do Curso Primário e em 1960 foi criado o Curso Normal Regional (formação de professores). Em 1961 foi criado o Curso Normal 2ª Grau.. Em 1969 foi instituído o Curso Ginásial. “Seguindo o plano de extinção, iniciado em 1974, a mesma daria por extinta a Escola Nossa Senhora do Horto, como Particular e Católica, passando em 1977, a integrar a Rede Estadual de Ensino.” (Gottardi; Souza, 2009, p. 158)

²⁹ Odilon Amaral Santiago (1945 – 2021) advogado durante 39 anos (OAB – nº 16.308) e professor durante 17 anos (contabilidade e legislação). Membro da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, onde foi presidente durante os seguintes biênios: 1975/1977; 1983/1985 e 1995/1997. Foi membro do grupo carnavalesco “Grupo X”. Atuava no Grupo Palmares. Foi vereador por duas legislaturas e duas vezes presidente do legislativo de Rosário do Sul. Foi chefe do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) no período de 2001/2004. Consultor jurídico de mais de 10 entidades locais. Faleceu no dia 8 de março de 2021, vítima de Covid-19.

A Sociedade emprestava o espaço para realização de festas de aniversários, aulas de ginástica da terceira idade, ensaios de karatê, grupo de capoeira, reuniões da União de Vilas e Bairros, reuniões de partidos políticos, etc.

Durante vários anos Jari foi responsável pela Biblioteca Pública Municipal e pela Biblioteca da SRBUR. Além de prezar pela organização e simpático atendimento, também incentivava a prática da leitura dentro e fora da biblioteca. Através da Secretaria da Educação era realizada anualmente a Feira de Livros. Jari (2021) comenta que “as escolas participavam, as crianças iam fazer visitas, a gente mandava convites para as escolas e organizava tudo. Fazia a abertura da Feira às 9 horas da manhã e elas iam lá e participavam muito, até às 10 horas da noite”. Com o lucro obtido com a venda de livros o acervo da Biblioteca Pública Municipal era renovado.

Jari explana suas experiências de sonhos e lutas na esfera política quando concorreu para vereadora, e naquele momento, 2008, não conseguiu o número de votos necessários. Novos objetivos foram firmados e novamente participou de uma eleição, mas nesta oportunidade obteve êxito: Eleita para o cargo de Conselheira Tutelar (2012 – 2015). No desempenho deste papel atendia crianças e adolescentes diante de situações de violação de direitos, conversava com os pais ou responsáveis dessas crianças e adolescentes e por vezes quando “as mães arrumavam um emprego e não tinham como pagar uma pessoa para cuidar do filho, então eu conseguia vaga na Escola Infantil” (Jari, 2021). Esse sentimento de cuidado permanece, uma vez que atualmente participa da Associação Damas de Caridade da Cidade de Rosário do Sul que juntamente com a prefeitura municipal mantém a Escola de Educação Infantil Doce Infância.

Sobre o protagonismo da mulher negra rosariense, Jari (2021) pontua que “a gente tem de lutar pelo sonho. Eu queria me candidatar para concorrer a vereadora e eu me candidatei. Eu queria fazer o Magistério e eu fiz. Eu queria ser Conselheira e eu fui Conselheira Tutelar. Agora eu quero fazer uma faculdade e eu vou fazer” – Faculdade de História.

Nara Nei Faleiro Machado, 68 anos em 2021. Participava das atividades oferecidas pelo Clube desde criança, uma vez que era filha do sócio e presidente³⁰ desta Associação e depois, enquanto esposa

³⁰ Filha de Nadir Alves Faleiro e Alice Osório Faleiro. Em 1 de maio de 1939 Nadir e sua esposa Alice se tornaram sócios do Clube. Nadir foi presidente da SRBUR nos seguintes períodos: 1961/1962; 1969/1973; 1977/1979; 1997/1999 e presidente de honra em 2004/2008.

do presidente Adão Ramires da Silva Machado³¹, atuou na diretoria feminina e também como tesoureira. Em 1971 passou a ser sócia efetiva³² da SRBUR.

Figuras 6 e 7 – Baile de Debutantes



Quando completou seus 15 anos, Nara comemorou esta data participando do baile de Debutantes no Clube União. Nara (2021) recorda que foi uma experiência muito especial. Todas as jovens estavam “lindas e maravilhosas, todas no brilho, vestido longo (risos). Eu com um cabelão virado (risos)”(figuras 6 e 7). Sendo assim, a elegância e a distinção mostravam a capacidade de organização de eventos à altura dos demais clubes da cidade.

³¹ Presidente no período de 2001/2004 (comissão provisória); 2004/2006; 2006/ 2008. Até o ano de 2009 as reuniões da Diretoria eram realizadas na sede da SRBUR e a partir de julho de 2009 na residência do presidente e dos associados, no Salão de festas do CTG Passo do Rosário dentre outros locais. Até o momento Adão Ramires da Silva Machado continua sendo o presidente desta Sociedade que passa por “momento delicado”, agravado pela situação pandêmica da Covid-19, dificultando os encontros para pensar estratégias de luta na tentativa de retomada das atividades e formação de uma nova sede. Atualmente está sob custódia de Nara e Adão parte da documentação referente à SRBUR.

³² “Artigo 33º - São sócios efetivos aqueles que pagarem a joia equivalente a quarenta (40) vezes a mensalidade da época e a importância mensal igual a 50% do valor dia, correspondente ao salário mínimo da região” (Estatuto da SRBUR, 09/04/1967). Até os 18 anos era sócia dependente.



Fonte: Acervo pessoal de Nara Nei Faleiro Machado

Nota: Nara Nei Faleiro Machado, Elizabeth Ramos e Nina Alves Nara com o seu pai Nadir Alves Faleiro – SRBUR – 1969

Além da atuação constante no Clube União, Nara cumpre um papel proativo no cenário da cidade de Rosário do Sul. “Eu fui uma das fundadoras do Grupo Palmares (Rosário do Sul), junto com o Oliveira Ferreira da Silveira, então a gente criou aquele grupo para que o negro procurasse se valorizar, porque o negro precisa se valorizar, estudar, [...] então a gente procurou levantar muito esta bandeira de valorização do negro” (Nara, 2021). Também participou da fundação da Associação das Mulheres Negras Rosariense³³, juntamente com a Irene e a Jari; foi integrante do Grupo da Terceira Idade “Fonte de Vida”; e assim como a Irene e a Jari, Nara atua na Associação Damas de Caridade no pagamento de mensalidade e na promoção de eventos como: bailes, chás, rifas e brechó. Nara (2021) ressalta que “Eu sempre fui muito na linha de frente, promovendo coisas, eu [...] fui exemplo para muitas jovens”.

³³ Os principais objetivos desta Associação são: Realizar cursos e oficinas no intuito de oportunizar a estruturação emocional e profissional das mulheres negras; Dialogar sobre a necessidade de ações afirmativas para a promoção da igualdade de acesso a oportunidades; Conhecer e valorizar a cultura negra de Rosário do Sul; dentre outros. A presidenta da Associação é Terezinha Santana, a secretária é Flávia Amaral e a tesoureira é Nara Nei Faleiro Machado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fragmentos de histórias vividas por Sile, Irene, Jari e Nara representam mulheres fortes, muitas vezes solidárias, que enfrentaram/enfrentam as desiguais relações de gênero e raça na sociedade rosariense (segunda metade do século XX e início do século XXI). Jamais estiveram anônimas em seu cotidiano, em sua luta, com vida e valores fundados na mesma verdade dos seus antepassados que, nos séculos anteriores, foram arrancados do continente africano e escravizados na América/ Brasil / Rio Grande do Sul/ Rosário do Sul.

Neste sentido, a partir das entrevistas realizadas com estas mulheres, apresentadas anteriormente e alinhada à perspectiva da filósofa estadunidense Angela Davis (2016, p. 17) foi possível perceber o “papel multidimensional” das mulheres na Sociedade União e no cotidiano rosariense: saberes e fazeres vivenciados no espaço privado e também no espaço público. Ações de cuidado, de sustentabilidade, de empoderamento, de resistência, de estética, de criatividade, de liberdade, de autonomia e de possibilidade. Por meio delas os eventos no Clube União aconteciam, com sua atuação em várias instâncias, como: direção, logística, limpeza, decoração, alimentação, divulgação, manutenção financeira, formação, dança, chá-desfile, festas entre outras que iremos encontrar no andar da pesquisa, dialogando com mais mulheres e assim ampliando olhares.

Ao analisar os depoimentos, percebe-se que nem tudo foi lembrado/ narrado naquele momento de fala e escuta. Uma vez que nenhuma das entrevistadas falou sobre a prática de esportes, que, segundo o “artigo 3º- Esta Sociedade tem por fim proporcionar aos seus associados: [...] a prática de esportes”³⁴? Quais modalidades esportivas? Era contemplado apenas o universo masculino? Por que alguns temas escapam de suas lembranças? Essas e outras respostas serão necessárias para conhecer, registrar e evidenciar a presença feminina, bem como os papéis assumidos por elas junto à associação negra. Neste sentido, é necessário acessar outras fontes, buscar outros vestígios que permitam uma abordagem mais ampla sobre o passado da Sociedade União Rosariense.

Registrar experiências femininas contribuiu/ contribui não só para compreender melhor o protagonismo, como também, conforme afirmou a historiadora Del Priore (1997), para fazer as mulheres do passado e do presente existirem, assim como possibilitar o

³⁴ Estatutos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (09/04/1967).

conhecimento de suas dores, alegrias, derrotas e vitórias. As ações dessas mulheres protagonistas inspiram ações em defesa da cidadania, da igualdade social e da paridade de gênero. Isso está sendo possível através da história oral, entendendo esta como uma possibilidade ímpar, simbólica e subjetiva de relatar, por meio da fala, das lembranças, dos silêncios e de esquecimentos, aspectos que talvez não fossem perceptíveis em outras fontes documentais.

FONTES DE PESQUISA

Entrevistas orais

CANDIDO, Irene Terezinha da Rosa. O protagonismo das mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense [Entrevista concedida a Elaine Smaniotto], Rosário do Sul, 2021.

MACHADO, Nara Faleiro. O protagonismo das mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense [Entrevista concedida a Elaine Smaniotto], Rosário do Sul, 2021.

MAIA, Sile Terezinha Vaz. O protagonismo das mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense [Entrevista concedida a Elaine Smaniotto], Rosário do Sul, 2021.

SANTIAGO, Jari Felix. O protagonismo das mulheres negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense [Entrevista concedida a Elaine Smaniotto], Rosário do Sul, 2021.

Fontes documentais escritas: Atas de 01/03 1915 até 16/10/1919 (33 encontros); Estatutos da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (09/04/1967).

Fontes iconográficas - Fotografias: Acervo pessoal das mulheres entrevistadas.

REFERÊNCIAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução: Julia Romeu, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155 – 202.

ARRAES Jarid. *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.

- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 187 – 227.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: o uso de imagens como evidência histórica. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CAMPOS, José F. G. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. *Escrita da História*, Ano II, vol. 2, n. 4, set./dez.2015, p. 100 - 119.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Tradução Maria Leticia Ferreira – 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 1997.
- DOMINGUES, Petrônio. 2004. *Uma história não contada*. Negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: SENAC. 2004
- DOMINGUES, Petrônio. “*Um desejo infinito de vencer*”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: O associativismo negro no Rio de Janeiro (1888 – 1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, nº 67, 2014, p. 251 – 281.
- DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*: 50 textos críticos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 113 – 119.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Rio de Janeiro, RJ. *Dissertação* (Mestrado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1996.
- FARINATTI, L Luís Augusto Ebling. “Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870)”. Comunicação submetida ao “*II Encontro Nacional: Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*”. Porto Alegre, 26 a 28 de out. de 2005. 1 – 18.
- GATTARDI, Maurizio. SOUZA, Mara Regina Miranda de. Paróquia Nossa

Senhora do Rosário: 150 Anos de Graças e Bênçãos. Porto Alegre: Alcance, 2009.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, NPOCS, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n.92/93, 1988, p.69-82.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rosário do Sul – Dados Populacionais e Aspectos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> .Acessado em 10/05/2021

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia. (orgs.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 193 – 206.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Berlim: Cobogó. 2018

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 5. ed. São Paulo: Ateliê editorial. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão [et. al.] 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2003.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa em história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ed, 2002, p. 15–25.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Associativismo Negro no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. TEIXEIRA, Luana. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. (Orgs.) 2020. Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Saggá. 2020.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Miguel Archanjo da Cunha já não existe”: O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico *Revista de História Regional* 24(2): 252-281, 2019 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr> .Acessado em 06/05/2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. RATTTS Alex (org.). Rio de janeiro: Zahar, 2021.

NEPOMUCENO, B. Mulheres negras: Protagonismo ignorado. In: PINSKI, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana M. (orgs.). *Nova História das Mulheres no*

Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 382 – 409.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, 1993, p. 07-28.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs) *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297 – 313.

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e Arquivo como lugares de memória. *Revista Museologia e Interdisciplinariedade*, n. 2, vol. 3, 2013, p. 89 - 102

PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Campinas, SP. *Dissertação* (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira. 2020

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, jul. 1996.

SANTOS, José Antônio. Movimento Negro no Rio Grande do Sul: apontamentos de uma história II. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS*, 18-21 jul 2016, UNISC, Santa Cruz do Sul.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e “branquitude” na sociedade brasileira. *Entrevista à Agência FAPESP* em 05 de fev. 2015. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira/20628/>. Acessado em 2/07/2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Fernanda Oliveira da. As lutas políticas nos clubes negros: Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil Uruguai no pós abolição (1870 – 1960). Porto Alegre, RS. *Tese* (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto,

SILVEIRA. Oliveira (Coord.) *Rosário Centenário* (1876 – 1976) Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. 1976.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEIGA, Ana Maria. PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed: UFGD, 2015, p. 304 – 307.

XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.